

Rhodes espera fechar o jumbo dia 16 e aponta razão do atraso

por Reginaldo Heller
do Rio

O presidente do comitê de assessoramento da divida externa brasileira, William Rhodes, do Citibank, enviou telex a todos os credores, informando o estágio atual das negociações para a conclusão do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões e manifestando sua esperança de que o contrato esteja assinado até o dia 16 de janeiro. O telex, recebido neste final de ano, informa que uma das razões do atraso seria a elaboração da complexa documentação relativa aos projetos 3, de créditos comercial, e 4, para as operações interbancárias, da fase dois. O recado de Rhodes evidencia, claramente, a vinculação entre os quatro projetos e a necessária adesão de todos os participantes ao modelo único de contrato, uma tarefa considerada difícil, tantas têm sido as exigências dos bancos.

LIMITES

Ainda ontem, circulava a informação nos meios financeiros de uma decisão extraordinária do Federal Reserve Board dos Estados Unidos (a Junta da Reserva Federal americana, espécie de banco central), liberando para o caso brasileiro o limite de 10% para as aplicações dos bancos, destinados a um único tomador. Segundo a informação, a exceção aberta viabilizaria a participação de muitos bancos que já tinham aplicados no Brasil

mais de 10% de suas carteiras de empréstimos ao exterior, especialmente agora que o Banco Central é o virtual único tomador. Viabilizaria, também, um eventual aporte adicional de recursos por parte dos bancos que integram o "advisory committee" em caso de não se obter a integralização dos US\$ 6,5 bilhões. Até agora, as adesões somam cerca de US\$ 6,3 bilhões, sem a participação de alguns bancos árabes, especialmente do Kuwait, e regionais norte-americanos.

DESEMBOLSO

Segundo os cálculos dos banqueiros estrangeiros, a formalização do empréstimo-jumbo permitirá o pagamento de US\$ 3 bilhões de atrasados, a partir de 4 de outubro até o final do ano. Os restantes US\$ 3,5 bilhões serão desembolsados em quatro parcelas iguais de US\$ 875 milhões, em março, junho, setembro e dezembro. Somando-se mais US\$ 1,5 bilhão do crédito ampliado do FMI, e os US\$ 2,5 bilhões a serem financiados pelas agências governamentais, o déficit em conta corrente será plenamente coberto e, na hipótese de ocorrer o previsto pelo governo (déficit de apenas US\$ 6 bilhões), ainda haverá um saldo para formação de reservas.

Contudo, essa conta dependerá, basicamente, do superávit comercial, não apenas contábil, de US\$ 9 bilhões, mas, também, "cash", pois em caso contrário não haverá liquidez para financiar o déficit. É uma conta estreita, disse a este jornal o diretor do Banco Boavista, Antonio Carlos Lemgruber, mas possível, embora difícil.